

Apresentação – Literatura

O romance histórico: a vitalidade de um gênero

Carlos Alexandre Baumgarten¹

¹ Doutor em Linguística e Letras e professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
E-mail: baumg@mikrus.com.br

As relações entre Literatura e História, entre discurso histórico e discurso literário, a despeito de se constituírem em matéria de reflexão de historiadores e teóricos da literatura desde Aristóteles, ganharam um novo e significativo impulso, notadamente a partir da segunda metade do século XX, em virtude de dois fatores principais: de um lado, a crise vivida pela ciência histórica tradicional que, questionada em seu método de reconstituição do passado, obrigou os historiadores a repensarem sua prática historiográfica, fato que os conduziu, não raras vezes, a uma aproximação com a literatura; de outro, o crescente interesse dos romancistas que, especialmente após a década de 70 do século passado, passaram também a repensar a utilização que faziam da matéria histórica, no âmbito de suas narrativas de ficção. Esse movimento realizado pelos romancistas teve como uma de suas consequências mais importantes o redimensionamento do romance histórico, que passou por profundas transformações, a partir da adoção de uma escrita afinada com as inovações introduzidas pela pós-modernidade. Mais do que isso, atestam a vitalidade do gênero, como bem registra em artigo recente Marilene Weinhardt, ao examinar a ficção histórica publicada no Brasil a partir de 2011:

(...) o contato com os lançamentos de ficção [permite perceber que esse veio [o da ficção que dialoga com a história], que teve notável incremento nas duas últimas décadas do século passado e não perdeu o papel de uma das linhas de força no início deste, ainda dá mostras de vitalidade, haja vista a listagem contando com mais de três dezenas de títulos (WEINHARDT, 2015, p. 123).

Tal constatação contraria as pessimistas previsões de Alessandro Manzoni, um dos pioneiros do gênero que, em *Sobre o romance histórico*, apontava para o provável desaparecimento do romance histórico, em virtude das incompatibilidades irreconciliáveis entre história e ficção. É Manzoni, talvez, o primeiro a formular um conceito sobre o gênero, ao afirmar o que segue:

Em verdade o romance histórico não é um gênero falso, mas sim um exemplar de uma espécie de gênero falso que compreende todas as obras nas quais se mesclam história e invenção, qualquer seja sua forma efetiva. Por ser o exemplar mais recente desta espécie, o romance histórico é a tentativa mais completa e engenhosa até hoje de lidar com este desafio, que porém segue impossível de ser vencido. (MANZONI, 2012, p. 54)

Em verdade, todo romance, como produto de um ato de escrita é sempre histórico, uma vez que revelador de, pelo menos, um tempo a que poderíamos chamar de tempo da escrita ou da produção do texto. Contudo, tal definição, por mais verdadeira que possa ser, não serve para o que comumente nomeamos de romance histórico no plano dos estudos literários. Nesse âmbito, romance histórico corresponde àquelas experiências que têm por objetivo explícito a intenção de promover uma apropriação de fatos históricos definidores de uma fase da História de determinada comunidade humana. Assim entendido, o romance histórico surgiu no curso do século XIX e tem sua origem vinculada à produção literária de Walter Scott, com a publicação de *Waverley*, em 1814, e também à de Alessandro Manzoni, com a divulgação de *Os noivos*, em 1827. Mais do que isso, surgindo ainda na vigência do Romantismo, época em que se definiam as diferentes nacionalidades europeias e americanas, o romance histórico desempenhou importante papel na construção das identidades/nacionalidades que almejavam se afirmar pela diferença.

No caso da literatura brasileira não foi diferente, basta para tanto que se analise a produção romanesca de José de Alencar. Ao conceber *As minas de prata* (1862) e *A guerra dos mascates* (1873), o romântico brasileiro não só apontou um dos caminhos a serem observados na construção da nova nação que desejava se afirmar, – atestar que a mesma possuía uma história própria e que, portanto, era distinta da antiga Metrópole –, como também ancorou a literatura produzida no País numa das vertentes, – a do romance histórico –, que há muito vinha sendo cultivada pelas nações europeias.

O romance histórico, tal como foi concebido na sua origem, apresenta, entre outras, as seguintes marcas que lhe são essenciais, como bem aponta Lukács em sua obra sobre o assunto:

- a) traça grandes painéis históricos, abarcando uma determinada época e um conjunto de acontecimentos;
- b) a exemplo dos procedimentos típicos da escrita da História, organizam-se em observância a uma temporalidade cronológica dos acontecimentos narrados;
- c) utiliza-se de personagens fictícias, puramente inventadas, na análise que empreendem dos acontecimentos históricos;
- d) as personalidades históricas, quando presentes, são apenas citadas ou integram o pano de fundo das narrativas;
- e) os dados e detalhes históricos são utilizados com o intuito de conferir veracidade à narrativa, aspecto que torna a História incontestável;

f) o narrador se faz presente, em geral, na terceira pessoa do discurso, numa simulação de distanciamento e imparcialidade, procedimento herdado igualmente do discurso da História.

No século XX, contudo, inúmeras são as transformações por que passa o romance histórico, que tem sua escrita redimensionada em vários aspectos. A crítica e a historiografia literárias¹ tendem a localizar a origem desse processo na obra *O reino deste mundo* (1949), do cubano Alejo Carpentier, uma vez que a mesma já apresenta grande parte dos elementos que caracterizam o chamado *novo romance histórico*, especialmente aquele produzido a partir dos anos 70 do século passado.

No caso brasileiro, podemos afirmar que, após os anos 70 do século XX, assistimos ao aparecimento de um grande número de romances voltado para a recuperação e a escrita da história nacional, que é revisitada em seus diferentes momentos. A leitura do conjunto dessa produção revela, pelo menos, a existência de dois caminhos que, preferencialmente, têm sido observados pelos autores: de um lado, situam-se as narrativas que focalizam acontecimentos integrantes da história oficial e, por vezes, definidores da própria constituição física das fronteiras brasileiras; de outro, aquelas que promovem a revisão do percurso desenvolvido pela história literária nacional. No primeiro grupo, encontram-se obras como *Um quarto de légua em quadro* (1976), *A prole do corvo* (1978), *Bacia das almas* (1992), de Luiz Antonio de Assis Brasil, *A estranha nação de Rafael Mendes* (1983), de Moacyr Scliar, *A cidade dos padres* (1986), de Deonísio da Silva, *Agosto* (1990), de Rubem Fonseca, entre tantas outras. No segundo, *Em liberdade* (1981), de Silviano Santiago, *Cães da Província* (1987), de Luiz Antonio de Assis Brasil, *Boca do Inferno* (1990) e *A última quimera* (1995), *Clarice* (1999), *Dias & dias* (2002), *Semíramis* (2014), todos de Ana Miranda. Enquanto as primeiras, via de regra, têm como protagonistas personalidades da história oficial brasileira, as últimas organizam-se em torno da trajetória pessoal de nomes da história literária nacional, como apontado por Baumgarten (2000), em “O novo romance histórico brasileiro”.

O exame do conjunto dessa produção recente, revela que a ficção histórica contemporânea apresenta as seguintes marcas caracterizadoras, já apontadas por Linda Hutcheon, em *Poética do Pós-Modernismo*: história, teoria, ficção, e também por Seymour Menton, em *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992*:

- a) a consciência da impossibilidade de determinar, por meio do discurso (palavra), a incontestável verdade histórica;
- b) a concepção de que a História é imprevisível, opondo-se, conseqüentemente, àqueles que veem na História um caráter cíclico; em síntese, desenvolve-se a ideia de que os mais surpreendentes e inesperados fatos podem ocorrer;

¹ V., a propósito: MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. Ver ainda: BALDERSTON, Daniel (ed.). *The historical novel in Latin American*. New Orleans: Ediciones Hispamérica, 1986.

- c) a consciente distorção da história por meio de omissões, exageros e anacronismos, aspecto responsável pela ruptura da linearidade temporal característica do gênero;
- d) a utilização de personagens históricos como protagonistas das narrativas;
- e) o caráter metaficcional, ou o comentário do narrador sobre o processo de criação de seu próprio texto;
- f) a natureza intertextual, à medida que o romance é construído como um mosaico de citações; em outras palavras, o texto pode ser visto como a absorção e a transformação de outro texto, obrigando a leitura da linguagem poética pelo menos como dupla;
- g) o caráter paródico com relação a outros textos que tenham abordado ou não os mesmos aspectos/fatos da história;
- h) a forma dialógica, irônica e carnalizada, nos termos em que foi proposta por Mikhail Bakhtin em seus estudos sobre o discurso romanescos.

Nesse sentido, considerando-se a vitalidade apresentada pela ficção histórica, justifica-se a organização do presente dossiê dedicado ao exame do gênero em suas variadas concretizações, sejam aquelas vinculadas ao modelo originalmente concebido no curso do século XIX, sejam aquelas surgidas a partir da segunda metade do século XX.

O presente número da *Letrônica*, que contou, na condição de editora associada, com a inestimável colaboração da professora Marilene Weinhardt, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), apresenta um conjunto de sete ensaios. O primeiro deles, de autoria de Ana Cláudia Sampaio Martins e Ana Luiza Nunes Almeida, considerando o entrecruzamento entre os discursos da história e da ficção, promove uma leitura crítica da obra *Neto perde sua alma*, de Tabajara Ruas.

Na sequência, com o título “*O quatrilho: da colônia italiana à brasilidade*”, Anderson Hakenhoar Matos, fundamentando-se em Benedict Anderson e seu conceito de nação como comunidade imaginada, e em Gyorgy Lukács, busca comprovar, entre outros aspectos, a condição de romance histórico para a obra de José Clemente Pozenato.

O terceiro ensaio, desenvolvido por Cibele Hechel Colares da Costa e Mairim Linck Piva, ocupa-se da análise de *A prole do corvo*, de Luiz Antonio de Assis Brasil, a partir das reflexões teóricas de Gyorgy Lukács, a respeito do romance histórico em seu formato tradicional, e de Seymour Menton, quando este focaliza a ficção histórica contemporânea da América Latina.

O dossiê tem continuidade com o trabalho de Cleia da Rocha Sumiya, no qual a autora traça um breve panorama da ficção histórica brasileira produzida entre os anos 90 do século passado e o ano de 2015. No âmbito desse percurso, Cleia Sumiya recorre a teóricos como Gyorgy Lukács, Linda Hutcheon, Frédéric Jameson e Fernando Aínsa, bem como a estudiosos do romance histórico brasileiro, como Antonio Roberto Esteves e Marilene Weinhardt, entre outros.

“Literatura e história em *El señor presidente*, de Miguel Ángel Asturias: registro de seu tempo”, assinado por Margarete Hülsendeger e Regina Kohlrausch, promove a análise da obra do romancista guatemalteco com o objetivo de demonstrar

que a literatura e a história estabelecem diferentes formas de aproximação com a realidade e que a primeira, não raras vezes, serve de fonte inestimável para a segunda.

O sexto ensaio a integrar o presente dossiê é “Charqueadas e *Xarqueada*: a vida saladeiril, na província gaúcha”, de Maria Eunice Moreira. Em seu trabalho, a autora analisa o romance *Xarqueada*, de Pedro Wayne, registrando sua inovação, quando comparado à prosa de feição regionalista dominante no Rio Grande do Sul até os anos 30 do século passado, pois, além de realizar a crítica de um período da história do Estado sulino, Pedro Wayne coloca-se na contramão do Regionalismo ufanista até então dominante na produção ficcional sul-rio-grandense.

O sétimo ensaio, “Considerações sobre a poética do pós-modernismo”, de Samarkandra dos Santos Pimentel, encerra o presente número da *Letrônica*. Em trabalho de natureza puramente teórica, a autora realiza uma leitura crítica da obra da pesquisadora canadense Linda Hutcheon, especialmente no que diz respeito às ideias envolvendo o conceito de metaficção historiográfica.

O exame do conjunto de trabalhos aqui divulgados e as pesquisas sobre a ficção histórica, como as realizadas por muitos pesquisadores brasileiros, atestam a vitalidade do romance histórico na contemporaneidade e justificam plenamente a proposta do presente dossiê, a despeito das previsões pessimistas de Alessandro Manzoni, ontem, e de Frédéric Jameson, hoje.

Assim, com a divulgação de mais um número da *Letrônica*, o Programa de Pós-Graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, mantém aberto espaço para a reflexão e a discussão de questões de interesse da área de estudos literários e linguísticos, cumprindo, nessa perspectiva, o objetivo que está na origem de sua criação.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

_____. *Questões de literatura e de estética*. A teoria do romance. São Paulo: Hucitec, 1990.

BALDERSTON, Daniel (Ed.). *The historical novel in Latin American*. New Orleans: Ediciones Hispamérica, 1986.

BAUMGARTEN, C. A.. O novo romance histórico brasileiro. *Via Atlântica* (USP), v. 4, p. 168-176, 2000.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-Modernismo*: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LUKÁCS, Georg. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MANZONI, Alessandro. *Sobre o romance histórico*. Tradução, introdução e notas de Tiago Tresoldi. Porto Alegre: Tiago Tresoldi Editore, 2012.

MENTON, Seymour. *La nueva novela histórica de la América Latina, 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

WEINHARDT, Marilene. A ficção histórica depois de 2010: primeiros apontamentos. *Cadernos Literários* (FURG), v. 23, n. 1, p. 121-135, 2015.